



SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O

DIREITO À SAÚDE MENTAL

Regulamentação e aplicação da Lei nº 10.216

22 DE NOVEMBRO – 20H – AUDITÓRIO DA OPAS

23 DE NOVEMBRO AUDITÓRIO DO ESPAÇO CULTURAL ZUMBI DOS PALMARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS – BRASÍLIA – DF

Informações (61) 226-0640

DIREITO À SAÚDE MENTAL

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O

Regulamentação e aplicação da Lei nº 10.216

A promulgação, em 6 de abril de 2001, da Lei nº 10.216, significou o final bem-sucedido de uma longa batalha legislativa. Pode-se dizer que o país inteiro debateu a questão dos manicômios, entendendo que era inaceitável que este tema continuasse a ser regido por um decreto-lei editado em 1934, arcaico e quase em completo desuso, com um texto de sabor autoritário e intolerante. Desta forma, a nova Lei também pode ser entendida como etapa do longo processo de redemocratização do país, pois, ao contrário do decreto anterior, esta é uma lei inteiramente baseada na afirmação enfática dos direitos do paciente. A grande tarefa agora é sua aplicação e regulamentação. Para debater sua aplicação e regulamentação, o Ministério da Saúde tomou a iniciativa de, com a Câmara dos Deputados, buscar várias entidades de direitos humanos e da saúde, além do Ministério da Justiça e o Ministério Público – uma vez que os promotores de justiça serão personagens estratégicos na boa aplicação dos dispositivos da lei, especialmente quanto ao controle das internações involuntárias. Espera-se que este seminário nacional represente o início de um diálogo sistemático entre o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, na busca dos melhores meios para a correta aplicação da nova legislação da saúde mental.

PROGRAMA

22/11 – Auditório da OPAS

18h30 – Solenidade Oficial de Abertura:

Ministro JOSÉ SERRA – Ministério da Saúde
Ministro JOSÉ GREGORI – Ministério da Justiça
Deputado NELSON PELLEGRINO – Comissão de Direitos Humanos da Câmara
Dr. GERALDO BRINDEIRO – Procuradoria Geral da República
Dr. CLÁUDIO BARROS SILVA – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça
Dr. JACOBO FINKELMAN – Representante da OPAS/OMS – Brasil

20h – Conferência de Abertura:

A LEI Nº 10.216 E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO CAMPO DA SAÚDE MENTAL
Conferencista: Deputado PAULO DELGADO

PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS DO PACIENTE E DA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MENTAL
Conferencista: Drª MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS
Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos

23/11 – Auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares

8h30 – Mesa-Redonda: INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA INVOLUNTÁRIA
Coordenação: Dra. Sônia Barros – ASTEC/MS
Dr. PEDRO GABRIEL DELGADO – Ministério da Saúde
Dr. MARCO ANTÔNIO TEIXEIRA – Procurador-Geral de Justiça – MP/PR
MILTON FREIRE – Representante dos Usuários de Saúde Mental
Instituto Franco Basaglia – IFB

10h – Mesa Redonda: INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, INTERDIÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA

Coordenação: Deputado PAULO ROCHA – Terceiro-Secretário da Câmara
Deputado MARCOS ROLIM – Comissão de Direitos Humanos da Câmara
Dr. HUMBERTO JACQUES – Ministério Público Federal
Drª TÂNIA KOLKER – Superintendência de Saúde do Desipe – RJ
Embaixador GILBERTO SABOIA – Secretário de Estado dos Direitos Humanos – MJ

14h – Grupos de Trabalho: AÇÕES ESTRATÉGICAS A SEREM DESENVOLVIDAS
CONSENSOS MÍNIMOS SOBRE FORMAS DE ATUAÇÃO

16h – Discussão e Aprovação Final do Relatório

18h – Encerramento

Programação visual: Paulo Cerinho sobre ilustração de Luiz Roberto Civile (Usuário de Saúde Mental)

Realização
Ministério da Saúde
Comissão de Direitos Humanos e
Terceira Secretaria da Câmara dos Deputados

Apoio
Ministério da Justiça
Ministério Público Federal
Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça
Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS